



Dimensão analítica: Ambiente, Espaço e Território

Título do artigo: O desafio de olhar para além do verde: contributos para uma sociologia dos espaços verdes

Autor/a: Diogo Guedes Vidal, Helena Vilaça, Nelson Barros e Rui Leandro Maia

Filiação institucional: Universidade Fernando Pessoa e Universidade do Porto

E-mail: diogoguedesvidal@hotmail.com; hvilaca19@gmail.com; nelson@ufp.edu.pt; rlmaia@ufp.edu.pt

Palavras-chave: Espaços verdes urbanos; Desigualdades ambientais; Sociologia dos espaços verdes

Os espaços verdes urbanos podem ser definidos como qualquer vegetação encontrada em contexto urbano, incluindo parques, espaços abertos, jardins residenciais ou árvores de rua [1], cuja manutenção é da responsabilidade do poder local, devendo ser totalmente acessíveis e promotores de socialização [2]. A literatura de especialidade é reveladora dos múltiplos benefícios do ponto de vista social e ambiental, nomeadamente através de quatro vetores propostos por Hartig *et al.*, [3]: (i) melhoria da qualidade do ar (condicionada, em parte, pela escolha das espécies arbóreas) e do meio ambiente, mitigação de temperaturas extremas, redução de ruídos e depleção de poluentes atmosféricos; (ii) aumento da atividade física; (iii) promoção de espaços de socialização e de coesão social entre os seus utilizadores; (iv) redução dos sintomas de *stress*, contribuindo para o bem-estar físico e mental.

Fruto de uma maior consciencialização sobre a importância da natureza em contexto urbano, verifica-se uma crescente preocupação, alicerçada empiricamente pela realidade do sul da Europa (onde Portugal se insere), referente a um declínio no acesso a espaços verdes urbanos públicos associado ao desenvolvimento das cidades, o que resulta na diminuição das oportunidades de contato e convivência das pessoas com a natureza [1]. Fruto desta evidência, emergem fenómenos complexos de iniquidades ambientais que encontram na *estruturalidade* das desigualdades sociais a sua força motriz. Na verdade, ainda que os contributos dos diferentes campos do conhecimento no domínio dos espaços verdes sejam relevantes e, sobretudo, reveladores da sua multidimensionalidade, a verdade é que parece faltar um olhar sociológico sobre este objeto. Até ao momento, a investigação tem-se centrado, e bem, na produção de conhecimento para melhorar a qualidade do ambiente urbano e promover o bem-estar da população. Contudo, tem-se negligenciado as deficiências e as desigualdades estruturais que são constantemente reproduzidas no tecido urbano [4]. Os espaços verdes não podem ser entendidos como fins, mas, antes, como meios.

Pesem embora os valiosos contributos da sociologia do ambiente, a verdade é que o seu foco, por força da afirmação do seu campo disciplinar, nomeadamente em Portugal, tem sido o das atitudes e valores, descurando, em parte, fenómenos mais complexos que se interligam com a questão das desigualdades. Paralelamente, a Escola de Chicago de Sociologia, que carece de uma revalorização teórica mas, sobretudo, metodológica, contribuiu para o reconhecimento de que a disposição de determinados espaços e



lugares não derivava de um processo natural [5], sendo identificáveis padrões espaciais dos comportamentos sociais. Sabemos hoje que as comunidades em maior privação socioeconómica são também as que possuem menos acesso a espaços verdes em termos de qualidade e quantidade [6, 7]. Numa lógica de exercício, a ligação da temática dos espaços verdes urbanos com os vetores das desigualdades propostas por Therborn [8] é passível de ser estabelecida. As “desigualdades vitais” perante a vida, a morte e a saúde são visíveis quando identificámos que a prevalência de certas morbilidades, como depressão, alergias e outras, se intensifica em comunidades com um menor grau de exposição a áreas verdes, sendo que esta situação varia de acordo com as espécies arbóreas presentes. No campo das “desigualdades existenciais” e de “recursos”, verificámos que as possibilidades de usufruir de espaços verdes e ambientes saudáveis não são uma realidade universal nem tampouco “natural”. São resultantes das dinâmicas sociais e da luta do espaço físico e simbólico [9], igualmente visíveis na desigualdade no acesso a recursos ambientais.

Os próprios utilizadores dos espaços verdes estão conscientes de fenómenos de injustiça ambiental. No contexto português, um inquérito dirigido aos utilizadores dos espaços verdes da cidade do Porto [10], que também procurou traçar o seu perfil sociodemográfico, é revelador de que tais espaços, quando em áreas de maior privação socioeconómica e ambiental, são percecionados pelos seus utilizadores como de menor qualidade. Quando questionados sobre se o espaço verde que frequentam satisfaz as suas necessidades, as avaliações referentes a “não satisfaz” e a “satisfaz pouco” aplicaram-se, na sua totalidade (100%), a espaços verdes localizados num *cluster* de alta privação socioeconómica e ambiental da cidade, o que demonstra um grau de insatisfação por parte dos seus utilizadores e uma associação com o grau de privação do contexto social envolvente. Relação inversa é encontrada na avaliação de “satisfaz plenamente” que foi atribuída, na sua maioria (61,5 %), a espaços verdes localizados num *cluster* de baixa privação. Acresce ainda que quando questionados sobre a qualidade dos espaços verdes da cidade do Porto, os utilizadores atribuíram “má qualidade” a espaços verdes localizados num *cluster* de alta privação. Similarmente, a avaliação de “qualidade insuficiente” é também, maioritariamente (80%), respeitante a espaços verdes localizados no mesmo *cluster* de alta privação. Por outro lado, é também notório por parte do poder público local, um desconhecimento do valor socioecológico destes espaços, acrescido por um conhecimento limitado sobre a sua governança que é, em parte, reforçado pela falta de estratégias municipais para sua gestão eficiente [11]. A falta de estratégias é visível nos Planos Diretores Municipais, revelando, por um lado, desconhecimento sobre os benefícios sociais e ecológicos dos espaços verdes em contexto urbano, sendo mais expressivo nos benefícios a longo prazo e na ausência de abordagens de sustentabilidade forte (o capital natural deve ser mantido e ampliado, não sendo substituível); por outro, na carência de estratégias de gestão destes espaços ao nível extramunicipal, ou seja, em que se reconhece que a gestão da infraestrutura verde urbana requer uma convergência intermunicipal de forma a potenciar os serviços dos ecossistemas.

Perante esta realidade, a interpretação dos usos dos espaços verdes urbanos e a apropriação do espaço público, olhando para além do verde, afiguram-se como terrenos férteis e pouco explorados do ponto de vista sociológico. Tal como o conceito de



“heterotopia” que Foucault refere, os espaços têm mais significado ou relações sociais do que as que são imediatamente visíveis, sendo necessário desconstruir o lugar para que se possa efetivamente conhecê-lo.

Notas

a) Investigação financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do projeto SFRH/BD/143238/2019, ao abrigo de apoios do Fundo Social Europeu, Fundos Nacionais do MCTES e pelo Programa Operacional de Capital Humano. Os autores agradecem ainda ao FP-ENAS, unidade de I&D 4546 reconhecida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

[1] Kadja, N.; Haase, Dagmar (2013), Green spaces of European cities revisited for 1990-2006. *Landscape and Urban Planning*, 110(1), pp. 113–122.

[2] Kohn, Margaret (2004), *Brave New Neighborhood*, Abingdon: Routledge.

[3] Hartig, Terry; Mitchell, Richard; de Vries, Sierp; Frumkin, Howard (2014), Nature and Health. *Annual Review of Public Health*, 35, pp. 207–208.

[4] Jennings, Viniece; Reid, Colleen E.; Fuller, Christina H. (2021), Green infrastructure can limit but not solve air pollution injustice. *Nature Communications*, 12, pp. 4681.

[5] Park, Robert E. (1915), *The city: Suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*. *American Journal of Sociology*, 20(5), pp. 577–612.

[6] Hoffmann, Elaine; Barros, Henrique; Ribeiro, Ana Isabel (2017), Socioeconomic inequalities in green space quality and Accessibility—Evidence from a Southern European city. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 14(8), pp. 916.

[7] Vidal, Diogo Guedes; Fernandes, Cláudia Oliveira; Viterbo, Lilian Monteiro Ferrari; Vilaça, Helena; Barros, Nelson; Maia, Rui Leandro (2021), Combining an Evaluation Grid Application to Assess Ecosystem Services of Urban Green Spaces and a Socioeconomic Spatial Analysis. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 28(4), pp. 291–302.

[8] Therborn, G. (2006). *Inequalities of the World: New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, Brooklyn: Verso.

[9] Lefebvre, Henri (1974), *La production de l'espace*, Paris: Éditions Anthropos.

[10] Vidal, Diogo Guedes; Fernandes, Cláudia Oliveira; Viterbo, Lilian Monteiro Ferrari; Vilaça, Helena; Barros, Nelson; Maia, Rui Leandro (2021), Usos e Perceções sobre Jardins e Parques Públicos Urbanos: Resultados Preliminares de um Inquérito na Cidade Do Porto (Portugal). *Finisterra* 56(116), pp. 137–157.

[11] Dias, Ricardo Cunha; Vidal, Diogo Guedes; Seixas, Paulo Castro; Maia, Rui Leandro (2020), Os Espaços Verdes e as Preocupações com a Sustentabilidade nos Planos Diretores Municipais de 3ª Geração: Análise Comparativa das Áreas Metropolitanas em Portugal. *CIDADES Comunidades e Territórios*, 41, 84–99.